

COORDENADORES  
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES  
CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO  
HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO  
LUIZ FUX

# ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL EM HOMENAGEM A PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

## AUTORES

Adroaldo Furtado Fabricio • Aline de Miranda Valverde Terra / Leonardo Faria Schenk • Aluisio Gonçalves de Castro Mendes • Ana Paula de Barcellos • Anderson Schreiber • Antonio Aurelio Abi Ramia Duarte • Antônio Celso Alves Pereira • Antonio do Passo Cabral • Bruno Dantas / Caio Victor Ribeiro • Bruno Freire e Silva • Cândido Rangel Dinamarco • Carlos Roberto Barbosa Moreira • Carmen Tiburcio • Cassio Scarpinella Bueno • Daniel de Oliveira Pontes • Daniel Queiroz Pereira / Daniela Bastos Souza Gonçalves • Daniel Vianna Vargas • Fátima Nancy Andrighi • Felipe Carvalho Gonçalves da Silva • Flávia Pereira Hill • Flávio Luiz Yarshell • Flávio Maia Fernandes dos Santos • Flávio Mirza • Fredie Didier Jr. • Gustavo Tepedino / Milena Donato Oliva • Heitor Vitor Mendonça Sica • Heloisa Helena Barboza • Humberto Dalla Bernardina de Pinho • Humberto Santarosa de Oliveira • Humberto Theodoro Júnior • José Augusto Garcia de Sousa • José Roberto dos Santos Bedaque • José Roberto Sotero de Mello Porto • José Rogério Cruz e Tucci • Juliana Cordeiro de Faria • Kazuo Watanabe • Leonardo Greco • Luís Roberto Barroso / Patrícia Perrone Campos Mello • Luiz Fux / Bruno Bodart • Luiz Guilherme Marinoni • Luiz R. Wambier • Luiz Roberto Ayoub • Marcelo Mazzola • Marco Antonio Rodrigues • Marco Aurélio Mello • Nelson Luiz Pinto • Osmar Mendes Paixão Côrtes • Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho • Paulo Henrique dos Santos Lucon / Raul Longo Zocal • Rafael Estrela Nóbrega • Ricardo Lodi Ribeiro • Ricardo Pereira Lira • Roberto Rosas • Rodrigo Fux • Teresa Arruda Alvim

GZ

EDITORA

Rio de Janeiro

2019

1ª edição – 2019

© *Copyright*

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / Cândido Rangel Dinamarco /  
Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Luiz Fux

Presidente do Conselho Editorial  
*Nelson Nery Costa*

Diagramação  
*Olga Martins*

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F121e

Estudos de Direito Processual em Homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / .... - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019.

1016 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-9524-057-5

1. Direito processual - Brasil.

19-55504

CDU: 340(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela  
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202  
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511  
contato@editoragz.com.br  
www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

134 12

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Min. Luiz Fux</i> .....	V
APRESENTAÇÃO	
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / Cândido Rangel Dinamarco / Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Luiz Fux</i> .....	VII
SOBRE OS COORDENADORES E AUTORES .....	IX
RESGATANDO A GENEALOGIA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i> .....	1
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, SUA ÁREA DE INCIDÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES	
<i>Cândido Rangel Dinamarco</i> .....	15
A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO PARA A DENSIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL	
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i> .....	37
O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: SUPERANDO AS FRONTEIRAS ENTRE COMMON LAW E CIVIL LAW	
<i>Min. Luiz Fux / Bruno Bodart</i> .....	55
ACÇÃO E DIREITO DE AGIR: UM ESBOÇO DE DISTINÇÃO	
<i>Adroaldo Furtado Fabrício</i> .....	61
INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO E AUTOTUTELA: O EXEMPLO DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA	
<i>Aline de Miranda Valverde Terra / Leonardo Faria Schenk</i> .....	81
DIREITO PROCESSUAL COLETIVO E O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS DA COLABORAÇÃO E DA INFORMAÇÃO	
<i>Ana Paula de Barcellos</i> .....	97
ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA E DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	
<i>Anderson Schreiber</i> .....	117
ÉTICA E PROCESSO	
<i>Antonio Aurelio Abi Ramia Duarte</i> .....	139
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS	
<i>Antônio Celso Alves Pereira</i> .....	155
REQUISITOS DE RELEVÂNCIA NO SISTEMA RECURSAL ALEMÃO	
<i>Antonio do Passo Cabral</i> .....	169
A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO PARA A PRINCIPIOLOGIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: NOTAS SOBRE O CONTRADITÓRIO PARTICIPATIVO	
<i>Bruno Dantas / Caio Victor Ribeiro</i> .....	181

O PROCESSO DO TRABALHO SE APROXIMOU DO PROCESSO CIVIL NA REFORMA TRABALHISTA? .. <i>Bruno Freire e Silva</i> .....	195
O DEVER DE MOTIVAÇÃO NA HIPÓTESE DO ART. 1.021, § 3º, DO NCPC <i>Carlos Roberto Barbosa Moreira</i> .....	209
CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATOS INTERNACIONAIS: ESPÉCIES DE CLÁUSULAS, AUTONOMIA E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DO ACORDO <i>Carmen Tiburcio</i> .....	219
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: RESISTÊNCIAS À APLICAÇÃO DO ART. 85 DO CPC DE 2015 <i>Cassio Scarpinella Bueno</i> .....	235
A VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AOS JULGAMENTOS DE CASOS REPETITIVOS: DISCUSSÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE <i>Daniel de Oliveira Pontes</i> .....	251
O ASSÉDIO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO <i>Daniel Queiroz Pereira / Daniela Bastos Souza Gonçalves</i> .....	265
A OPEROSIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 <i>Daniel Vianna Vargas</i> .....	305
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DA TESE DA TAXATIVIDADE MITIGADA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC <i>Fátima Nancy Andrichi</i> .....	321
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, PRECEDENTE E GARANTIAS FUNDAMENTAIS <i>Felipe Carvalho Gonçalves da Silva</i> .....	335
MEDIAÇÃO NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS <i>Flávia Pereira Hill</i> .....	357
GRAVAÇÕES OBTIDAS EM VIOLAÇÃO À LEALDADE E À BOA-FÉ (EM PARTICULAR NO CONTEXTO DO PROCESSO ELEITORAL) <i>Flávio Luiz Yarshell</i> .....	379
NECESSIDADE OU NÃO DE REUNIÃO, PARA JULGAMENTO CONJUNTO, DOS PROCESSOS DE REVISÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM MÓVEL E DE BUSCA E APREENSÃO DO MESMO BEM <i>Flávio Maia Fernandes dos Santos</i> .....	391
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO JUIZ DE GARANTIAS: DEPURANDO O SISTEMA ACUSATÓRIO <i>Flávio Mirza</i> .....	395
PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E SEU FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL <i>Fredie Didier Jr.</i> .....	407
A ELEIÇÃO CONTRATUAL DO FORO <i>Gustavo Tepedino / Milena Donato Oliva</i> .....	417
ANÁLISE CRÍTICA DA TIPOLOGIA DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL A DICOTOMIA CITAÇÃO-INTIMAÇÃO NO CPC DE 2015 <i>Heitor Vitor Mendonça Sica</i> .....	433

O ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA <i>Heloisa Helena Barboza</i> .....	463
O MICROSSISTEMA DE CASOS REPETITIVOS: APONTAMENTOS SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E OS RECURSOS REPETITIVOS <i>Humberto Santarosa de Oliveira</i> .....	477
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: NATUREZA E FUNÇÃO <i>Humberto Theodoro Júnior</i> .....	503
A TRÍADE CONSTITUCIONAL DA TEMPESTIVIDADE DO PROCESSO (EM SENTIDO AMPLO): CELERIDADE, DURAÇÃO RAZOÁVEL E TEMPESTIVIDADE ESTRUTURAL <i>José Augusto Garcia de Sousa</i> .....	527
ACESSO À JUSTIÇA: VIA JURISDICIONAL E MEIOS EQUIVALENTES <i>José Roberto dos Santos Bedaque</i> .....	567
A FIXAÇÃO DE TESES JURÍDICAS À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA E DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO <i>José Roberto Sotero de Mello Porto</i> .....	577
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NO NOVO CPC <i>José Rogério Cruz e Tucci</i> .....	599
O CHAMAMENTO AO PROCESSO COMO TÉCNICA DE EFETIVIDADE DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA RELEITURA DO MODELO À LUZ DO CPC 2015 <i>Juliana Cordeiro de Faria</i> .....	629
RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA COM GERENCIAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES <i>Kazuo Watanabe</i> .....	651
DESAFIOS À COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL <i>Leonardo Greco</i> .....	657
O PAPEL CRIATIVO DOS TRIBUNAIS: TÉCNICAS DE DECISÃO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE <i>Luís Roberto Barroso / Patrícia Perrone Campos Mello</i> .....	701
ARBITRAGEM E COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO <i>Luiz Guilherme Marinoni</i> .....	731
A FLEXIBILIDADE DO PROCEDIMENTO E O DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO <i>Luiz R. Wambier</i> .....	747
O PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE RESULTADO E A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO <i>Luiz Roberto Ayoub</i> .....	761
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA ARBITRAGEM: DO CLÁSSICO AO CIRCUITO ALTERNATIVO E ALGUNS “CURTAS-METRAGENS” <i>Marcelo Mazzola</i> .....	771
A IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E DE ACESSO À JUSTIÇA <i>Marco Antonio Rodrigues</i> .....	803

<b>A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO SOB A ÓPTICA CONSTITUCIONAL</b>	
<i>Marco Aurélio Mello</i> .....	817
<b>NECESSIDADE DE MAIOR EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA CIVIL</b>	
<i>Nelson Luiz Pinto</i> .....	829
<b>AS NULIDADES ACOLHIDAS PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM RECURSOS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA À LUZ DO ARTIGO 1025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b>	
<i>Osmar Mendes Paixão Côrtes</i> .....	839
<b>UM CONTEUDO MÍNIMO A TÍTULO DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS</b>	
<i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho</i> .....	849
<b>DESLEALDADE PROCESSUAL E TUTELA PROVISÓRIA: UMA RELAÇÃO POUCO EXPLORADA</b>	
<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon / Raul Longo Zocal</i> .....	869
<b>CAMINHOS DO PROCESSO PENAL COOPERATIVO</b>	
<i>Rafael Estrela Nóbrega</i> .....	889
<b>COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O NOVO CPC</b>	
<i>Ricardo Lodi Ribeiro</i> .....	913
<b>O DIREITO DE SUPERFÍCIE E O DIREITO DE LAJE</b>	
<i>Ricardo Pereira Lira</i> .....	935
<b>DO ASSENTO PORTUGUÊS AO PRECEDENTE BRASILEIRO</b>	
<i>Roberto Rosas</i> .....	951
<b>ACESSO À JUSTIÇA E SUAS NOVAS FACETAS</b>	
<i>Rodrigo Fux</i> .....	957
<b>ACESSO À JUSTIÇA, CONTRADITÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA</b>	
<i>Teresa Arruda Alvim</i> .....	975